



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

**ATA DA 48ª SESSÃO ORDINÁRIA DO 2º PERÍODO DA 20ª LEGISLATURA
DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ, ESTADO DO MARANHÃO**

Em 18 de dezembro de 2025, às 8h30min, no Plenário Léo Franklin e por meio virtual, a Câmara Municipal de Imperatriz esteve reunida em Sessão Ordinária. Compareceram os vereadores: Alcemir da Conceição Costa, Fidelis Rodrigues da Silva Uchôa, Francisco Messias da Silva, Jhony dos Santos Silva, João Ferreira da Gama Júnior, Jorgiana Pinheiro Sousa, Messaia Cirqueira Santiago, Renata Sousa Nascimento, Ricardo Seidel Guimarães, Rosângela Aparecida Barros Curado, Rodrigo Silva de Medeiros Passos, Terezinha de Oliveira Santos, Whalassy de Oliveira Barros, Wanderson Manchinha Silva Carvalho, Whelberson Lima Brandão e o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior. Ausentes: Adriano Lima Brito, Amauri Alberto Pereira de Sousa, Aurélio Gomes da Silva, Elias Ferreira de Holanda Júnior e Rubem Lopes Lima. Verificado quórum regimental, a vereadora Rosângela Aparecida Barros Curado procedeu à leitura dos versículos 1 a 4 do capítulo 119 do livro de *Salmos da Bíblia Sagrada*. Logo depois, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, declarou aberta a 48ª Sessão Ordinária do 2º Período da 20ª Legislatura e autorizou o primeiro-secretário, Wanderson Manchinha Silva Carvalho, a proceder à leitura da ata da sessão anterior, ocasião em que o vereador Whelberson Lima Brandão solicitou dispensa do procedimento, ocasião em que, em virtude da insuficiência de quórum, adiou a apreciação da ata da sessão anterior. Na sequência, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, comunicou que passaria à Ordem do Dia, esclarecendo que, embora o período legislativo houvesse encerrado, em razão da não apreciação das matérias orçamentárias, as sessões seguiriam sendo realizadas, restritas exclusivamente a essas matérias, não sendo possível a apreciação de qualquer outra pauta, salvo as exceções previstas no Regimento Interno e na Lei Orgânica do Município. Na sequência, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, anunciou a Ordem do Dia, que constava de primeira discussão e votação dos Projetos de: Lei Ordinária nº 14/2025, de autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre o Plano Plurianual do Município para o quadriênio 2026-2029, e dá outras providências”; Lei Ordinária nº 15/2025, de autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2026, e dá outras providências”; Lei Ordinária nº 17/2025, de autoria do Poder Executivo, que “Estima a receita e fixa a despesa do Município para o exercício financeiro de 2026”. Em seguida, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, autorizou o primeiro-secretário, Wanderson Manchinha Silva Carvalho, a proceder à leitura das matérias constantes da Ordem do Dia, que incluía Pareceres da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, favoráveis às referidas matérias. Feita a leitura das matérias constantes da pauta, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, observou que ainda não havia consenso nem quórum suficiente para a discussão e votação das proposições orçamentárias, razão pela qual franqueou aos vereadores a possibilidade de manifestação, apenas para discussão. Como não houvera pronunciamentos nesse sentido, informou que, inexistindo consenso quanto à votação das matérias orçamentárias, abriria a inscrição no



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

Grande Expediente, registrando-se, além de sua própria inscrição, as dos vereadores Fidelis Rodrigues da Silva Uchôa e Ricardo Seidel Guimarães, passando, em seguida, a presidência ao vereador Rodrigo Silva de Medeiros Passos. Ao fazer uso da tribuna, o presidente cumprimentou os vereadores e a população de Imperatriz, destacando tratar-se de um período atípico, uma vez que o período legislativo já se encontrava encerrado, mas as sessões ordinárias continuavam a ser realizadas por exigência técnica relacionada às matérias orçamentárias. Ressaltou sua satisfação ao observar a unidade do Poder Legislativo em assumir compromisso com a cidade, especialmente quanto ao cumprimento integral do orçamento vigente de 2025, condição que considerava essencial para uma análise responsável das matérias orçamentárias relativas a 2026, já sob apreciação das comissões e do plenário. Na sequência, afirmou que não poderia deixar de abordar a situação das vias públicas do município, tema que, segundo relatou, estava presente em todas as regiões da cidade e motivava reclamações diárias da população. Defendeu a necessidade de intensificação imediata das ações de tapa-buracos, mencionando nominalmente diversas Ruas e localidades, sobretudo na Grande Nova Imperatriz, com intervenções e complementações feitas pelos vereadores Terezinha de Oliveira Santos, Fidelis Rodrigues da Silva Uchôa e outros parlamentares, o que, em sua avaliação, evidenciava o papel da Câmara Municipal como legítima representante das demandas populares. Destacou que a multiplicidade de bairros e Ruas citados demonstrava a urgência da pauta e a necessidade de que a cidade sentisse a presença efetiva das equipes de manutenção viária. Rechaçou interpretações de que tais cobranças configurariam oposição ao Poder Executivo, afirmando tratar-se do exercício regular do mandato parlamentar, com o objetivo de chamar a atenção da gestão municipal para os reclames da população. Assinalou que, embora se vivesse um período festivo e de proximidade das celebrações natalinas, a precariedade das vias comprometia a mobilidade urbana e afetava diretamente o cotidiano dos cidadãos. Nesse contexto, informou como notícia positiva o início de novo trecho de recapeamento da Avenida Bayma Júnior, no Bom Jesus, elogiando a atuação conjunta do Governo do Estado e da Prefeitura, sobretudo pela execução de obras definitivas com drenagem adequada. Reconheceu que o recapeamento constituía a solução mais duradoura, mas ponderou que, diante das limitações estruturais do município, não seria possível realizá-lo de forma imediata em toda a cidade, razão pela qual o tapa-buraco se mostrava medida emergencial indispensável, inclusive no período chuvoso. Em aparte, o vereador Francisco Mesias da Silva alertou para a ausência de meios-fios em Ruas recentemente asfaltadas no Parque das Palmeiras 2, ressaltando o risco de deterioração rápida do pavimento. O presidente agradeceu a intervenção e estendeu a observação a outras localidades, como Vila Paraty e Maranhão Novo, enfatizando a necessidade de se concluir as obras com meio-fio e sarjeta, de modo a garantir maior durabilidade. A vereadora Terezinha de Oliveira Santos, ao se manifestar, relatou reiteradas reclamações de moradores e comerciantes quanto às más condições de diversas Ruas, especialmente a Rua 13 de Maio e a Rua Iracema, destacando prejuízos à mobilidade e riscos de acidentes. Enfatizou que as queixas se repetiam havia longo tempo e pediu providências urgentes à Prefeitura e à Secretaria competente, reafirmando que sua atuação refletia o



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

compromisso com o atendimento das necessidades da população. Em seguida, o vereador Me-saac Cirqueira Santiago relatou situação semelhante no Santa Rita, informando que havia tra-tado do tema com o prefeito, de quem recebera a informação de que havia recursos financeiros e materiais disponíveis, restando como principal entrave a escassez de mão de obra, o que, em sua avaliação, poderia ser solucionado. A vereadora Jorgiana Pinheiro Sousa também destacou as dificuldades enfrentadas no Grande Santa Rita e em outras regiões da cidade, manifestando expectativa de que as providências fossem adotadas a curto prazo, uma vez que a situação já fora apresentada ao prefeito e aos secretários. Retomando a palavra, o presidente frisou que o Parlamento cumpria seu papel ao dar voz às ruas, reconhecendo as dificuldades enfrentadas pela gestão municipal, especialmente no período chuvoso, mas defendendo a necessidade de encaminhar os reclames populares aos órgãos competentes. Reiterou o apelo para que a Secre-taria de Infraestrutura se mobilizasse com maior urgência e abrangência, a fim de oferecer res-postas mais céleres à população. Em aparte final, o vereador Alcemir da Conceição Costa para-benizou o presidente pela condução do debate, afirmando que a Câmara não poderia se furtar às pautas que emergiam das ruas, sobretudo quanto à pavimentação e à drenagem. Destacou demandas específicas de seu bairro e ampliou a discussão para a atuação da Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão - Caema, apontando a falta de integração entre as obras de pavimentação e os serviços de saneamento como fator agravante da deterioração das vias. Ao concluir, o presidente agradeceu a intervenção e afirmou ser indispensável que o Parlamento discutisse o planejamento da Caema, tanto no abastecimento de água quanto no esgotamento sanitário, citando como exemplo a situação do Grande Bom Jesus, onde, segundo relatou, a multiplicação de poços evidenciaria a ausência de planejamento estratégico adequado. Defen-deu a necessidade de esclarecimentos por parte da companhia quanto às suas ações e pers-pectivas para o município. Por fim, em novo aparte, o vereador Ricardo Seidel Guimarães elogiou a abordagem do tema e sustentou que a solução estrutural passaria pela municipalização da Caema, de modo a permitir integração efetiva entre o planejamento de saneamento e as obras de infraestrutura urbana. Reforçou a importância das ações emergenciais de tapa-buracos du-rante o período chuvoso, sem prejuízo do recapeamento posterior, e parabenizou o presidente pela coragem de representar os anseios da população. Encerrando sua manifestação, o presi-dente agradeceu as contribuições dos vereadores e ressaltou que o tema refletia fielmente as reclamações da cidade, reafirmando o papel do Parlamento como espaço de reverberação das demandas populares, desejando bom dia a todos. Dando prosseguimento ao Grande Expedi-ente, o primeiro vice-presidente, Rodrigo Silva de Medeiros Passos, anunciou o uso da tribuna pelo vereador Fidelis Rodrigues da Silva Uchôa. Ao se manifestar, o vereador Fidelis Rodrigues da Silva Uchôa afirmou que, embora inicialmente não pretendesse falar, sentira-se motivado pela abordagem do presidente da Casa, considerando imprescindível que o Parlamento desse conti-nuidade à discussão sobre a infraestrutura urbana. Assinalou que setores da sociedade ques-tionavam a atuação dos vereadores e enfatizou que o Legislativo se encontrava, naquele mo-mento, cumprindo seu papel de representação popular. Relatou ter dialogado recentemente com



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

o prefeito acerca das demandas de infraestrutura e reconheceu os esforços da Prefeitura e do secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Vilmar Dantas Nóbrega, sem, contudo, admitir omissão por parte dos parlamentares, visto que a cobrança da população persistia. Na sequência, destacou a relevância da discussão sobre a municipalização da Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão - Caema, apontando-a como um dos principais gargalos estruturais do Município. Defendeu que a Câmara Municipal, composta por vinte e um vereadores, possuía força política suficiente para estabelecer diálogo direto com o governador do Estado, com vistas à revisão do contrato da Caema e à adoção de novo modelo de gestão, de modo a oferecer resposta concreta à sociedade imperatrizense, especialmente quanto à ausência de saneamento básico e à cobrança de tarifas. Em aparte, o vereador Ricardo Seidel Guimarães esclareceu a distinção entre municipalização e privatização, explicando que a municipalização consistiria na assunção, pelo Município, da responsabilidade pelos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, possibilitando maior integração com a Secretaria Municipal de Infraestrutura, melhor comunicação institucional e maior controle social sobre tarifas e investimentos. Reconheceu que, embora o custo do serviço prestado pela Caema fosse relativamente baixo, a qualidade era insatisfatória, defendendo a possibilidade de se oferecer serviço melhor com custos compatíveis à realidade local. O vereador João Ferreira da Gama Júnior, ao se manifestar, defendeu ações mais efetivas e urgentes para a recuperação das vias públicas, destacando a exaustão da população diante da precariedade das Ruas. Declarou confiança de que o prefeito e o secretário municipal de Infraestrutura se encontravam empenhados na busca de soluções, conclamando os colegas à união na luta por melhorias. Retomando a palavra, o vereador Fidelis Rodrigues da Silva Uchôa reforçou a necessidade de soluções estruturais, especialmente em locais onde havia pavimentação com bloquetes, ressaltando a importância de planejamento integrado que contemplasse também o saneamento. Sugeriu a articulação de uma audiência institucional com o governador do Estado, ainda que realizada fora do Município, a fim de tratar especificamente da situação da Caema e do saneamento básico em Imperatriz. Em apartes subsequentes, os vereadores Francisco Messias da Silva e Terezinha de Oliveira Santos manifestaram apoio à iniciativa, destacando experiências anteriores de diálogo direto com o Governo do Estado e expressando confiança de que o governador receberia a Câmara Municipal. O vereador Jhony dos Santos Silva também se pronunciou, chamando atenção para Ruas parcialmente asfaltadas, citando exemplos na Vila Lobão, onde trechos haviam permanecido sem pavimentação adequada, gerando incompreensão e insatisfação da população. Assinalou, ainda, dificuldades de comunicação com a Secretaria de Infraestrutura, o que, em sua avaliação, comprometia a resolução das demandas. Ao encaminhar o encerramento de sua fala, o vereador Fidelis Rodrigues da Silva Uchôa sintetizou as principais demandas apresentadas, mencionando bairros como Vila Lobão, Santa Rita, Vila Nova, Parque das Estrelas e Grande Bom Jesus, reiterando a centralidade da questão do saneamento básico e da atuação da Caema. Defendeu que a Câmara Municipal assumisse papel protagonista na articulação com o Governo do Estado, assegurando que a audiência proposta não se limitaria ao plano formal. Concedida a palavra ao



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

presidente Adhemar Alves de Freitas Júnior, este agradeceu as contribuições e avaliou positivamente a proposta de diálogo com o Governo do Estado, especialmente no tocante ao saneamento básico. Defendeu que eventual reunião contasse também com a presença da Caema, para discussão do planejamento do abastecimento de água e do esgotamento sanitário. Destacou que recursos do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC haviam sido destinados à região de Imperatriz para investimentos em saneamento, alertando para a necessidade de que tais recursos fossem aplicados de forma estrutural, e não paliativa. Ressaltou que somente por meio de planejamento de longo prazo seria possível evitar a repetição cíclica dos mesmos problemas ao longo das legislaturas. O vereador Fidelis Rodrigues da Silva Uchôa, ao retomar a palavra para suas considerações finais, reafirmou o apoio às proposições apresentadas e solicitou formalmente que a presidência da Casa articulasse audiência da Câmara Municipal com o governador do Estado, enfatizando que o objetivo era contribuir com a gestão municipal por meio do diálogo institucional. Na sequência, o presidente anunciou como próximo inscrito para uso da tribuna o vereador Ricardo Seidel Guimarães, registrando, contudo, questão de ordem suscitada pelo vereador Alcemir da Conceição Costa. Em questão de ordem, o vereador Alcemir da Conceição Costa apresentou o Requerimento nº 01/2025, solicitando que fosse submetido à apreciação do plenário, com o objetivo de obter informações detalhadas da Caema acerca da arrecadação mensal no Município, dos custos operacionais e dos investimentos realizados nos últimos seis meses, incluindo valores, natureza, locais de aplicação e eventuais melhorias na prestação dos serviços. Justificou a necessidade das informações como subsídio indispensável à realização de audiência pública qualificada e tecnicamente fundamentada. O presidente esclareceu os aspectos regimentais da matéria, verificou a existência de quórum suficiente e, com fundamento no art. 52 do Regimento Interno, submeteu ao plenário a apreciação do Requerimento nº 01/2025. Procedida a leitura pela Secretaria da Casa, o requerimento foi colocado em votação, sendo aprovado por unanimidade, determinando-se o encaminhamento à Caema, com cópia ao Governo do Estado, para as providências cabíveis. Dando continuidade ao Grande Expediente, o presidente franqueou a palavra ao vereador Ricardo Seidel Guimarães. Em sua manifestação, o vereador Ricardo Seidel Guimarães afirmou que não poderia se furtar ao debate sobre a infraestrutura urbana, reconhecendo avanços no recapeamento viário, mas ponderando que não seria possível reparar, em curto prazo, danos acumulados ao longo de vários anos. Defendeu a intensificação imediata das ações de tapa-buracos em diversos bairros, diante da situação de intrafegabilidade observada em várias localidades. Ampliando a abordagem, o vereador também cobrou providências do Governo do Estado quanto a obras paralisadas ou executadas de forma incompleta, citando situações na zona rural de Coquelândia, no Parque Imperial, no Planalto e em unidades escolares da rede estadual, além do estádio municipal. Criticou a morosidade e a fragmentação das intervenções, afirmando que a população e os estudantes vinham sendo diretamente prejudicados. Por fim, voltou a criticar a atuação da Caema, classificando como insustentável a qualidade dos serviços prestados, especialmente quanto ao abastecimento de água e à deterioração do pavimento urbano, reiterando a defesa da municipalização como alternativa



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

viável e necessária. Encerrou sua fala colocando-se ao lado dos demais vereadores na luta por soluções estruturais. Não havendo mais vereadores inscritos para o uso da tribuna, o presidente convidou os parlamentares para reunião na sala das comissões, com o objetivo de tratar da pauta orçamentária. Como nada mais houvesse a tratar, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, deu por encerrada a Sessão. Tasso Assunção, secretário *ad hoc*, lavrou a presente ata, que, após revisada pela servidora Zilda de Carvalho Pereira, vai assinada pelos membros da Mesa Diretora. Plenário Léo Franklin, da Câmara Municipal de Imperatriz, Estado do Maranhão, em 18 de fevereiro de 2025.

Adhemar Alves de Freitas Júnior
Presidente

Rodrigo Silva de Medeiros Passos
Primeiro vice-presidente

Rubem Lopes Lima
Segundo vice-presidente

Wanderson Manchinha Silva Carvalho
Primeiro-secretário

Whelberson Lima Brandão
Segundo-secretário